

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E MUNDO DO TRABALHO NA 10ª REGIÃO
ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO: AS LIMITAÇÕES, AS
POSSIBILIDADES E AS CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO REGIONAL**

**SOLIDARITY ECONOMY AND THE WORLD'S WORK IN THE 10ª
ADMINISTRATIVE REGION OF SÃO PAULO STATE: THE LIMITATIONS,
POSSIBILITIES AND CONTRADICTIONS IN REGIONAL AGRARIAN SPACE**

Nildo Aparecido MELO

Resumo: As premissas teóricas da economia solidária sustentam outra forma de desenvolvimento econômico e de combate ao desemprego, através da associação, da cooperação e da solidariedade entre os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho ou com dificuldades de reinserção profissional, apresentando-se articuladas ao desenvolvimento local, ao desenvolvimento sustentável e aos socialistas utópicos do século XIX. O conhecimento e a análise das formas, das estruturas e da organização funcional das iniciativas solidárias nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, possibilitaram o questionamento das possibilidades, das limitações e das contradições da economia solidária desenvolvida no espaço agrário regional.

Palavras-Chave: crise do mundo do trabalho; economia solidária; desenvolvimento econômico; economia regional.

Abstract: The theoretical premises of the solidarity economy sustain another form of economic development and combating unemployment by association, cooperation and solidarity among the workers excluded from the labor market or vocational reintegration difficulties, presenting articulated to local development, sustainable development and the utopian socialists of the nineteenth century. Knowledge and analysis of shapes, structures and functional organization of joint initiatives in the municipalities that make up the 10th Administrative Region of São Paulo, allowed the questioning of the possibilities, limitations and contradictions of the solidarity economy developed at the regional agrarian space.

Keywords: world labor crisis; solidarity economy; economic development; regional economy.

Introdução

As transformações e a crise do mundo do trabalho neste início de século XXI devem ser entendidas no contexto da crise do fordismo/taylorismo do início da década de 1970 e do consequente processo de reestruturação do capitalismo desencadeado a partir daí, envolvendo elementos significativos do modelo de desenvolvimento e engendrando a desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho, bem como a rediscussão dos preceitos subjacentes ao processo de desenvolvimento econômico diante do questionamento das medidas keynesianas de incentivo ao investimento e ao emprego formal dos “anos dourados” do capitalismo do pós-guerra.

O Brasil se insere de forma passiva e subordinada nesse conjunto de transformações reestruturantes, articuladas aos interesses dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos, através da adoção do receituário neoliberal na economia nacional, representada pela abertura comercial e financeira indiscriminada, pela estabilização monetária e pelas reformas estruturais, tendo como corolário a desestruturação do mercado de trabalho nacional, representada pela elevação das taxas de desemprego durante a década de 1990, a

informalidade do mundo do trabalho e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho, durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello e nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com o advento de um governo de base “popular”, representado pela chegada ao poder do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ressurgiu a economia solidária como uma possibilidade de enfrentamento do desemprego e da precarização do mundo do trabalho, bem como um instrumento de desenvolvimento econômico sob novas bases solidárias, associativas e cooperativas, principalmente a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em junho de 2003.

Dessa forma, a análise dos projetos de economia solidária desenvolvidos nos municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, no que tange ao espaço agrário, historicamente articulado aos assentamentos rurais e a luta pela terra resultante das ocupações realizadas pelos movimentos sociais presentes na região, possibilitam a compreensão dos impactos dessas políticas públicas no enfrentamento do desemprego e suas possibilidades para o desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico, de acordo com os preceitos teórico-metodológicos que conformam as iniciativas de cooperação e associação entre os trabalhadores na economia regional.

Contexto do ressurgimento da economia solidária no Brasil

A “época de ouro” do capitalismo, iniciada no pós-guerra e fundamentada no modelo de desenvolvimento fordista/taylorista, entrou em crise no início dos anos de 1970, devido ao fato de que o estágio das forças materiais da sociedade não era mais compatível com as normas fordistas reguladoras do processo de acumulação, passando a ser reestruturada pelo desenvolvimento das forças produtivas.

O processo de reestruturação do capitalismo envolveu elementos significativos do modelo de acumulação, tais como o advento de uma nova Revolução Industrial e Tecnológica (assentada nas tecnologias da informação e na informatização do processo produtivo), a hegemonia das políticas neoliberais de liberdade irrestrita do mercado (inclusive com a determinação da flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho) e o processo de globalização/mundialização do capital desencadeado com a crise do fordismo.

Todas essas transformações estruturais do capitalismo, concomitantes e complementares, estão em consonância com a retomada do processo de acumulação de capital (através do desenvolvimento das forças produtivas) e apontam para a crise do mundo do trabalho, expressa no aumento do desemprego, na informalidade do trabalho, no (re)surgimento do trabalho temporário, por encomenda e por tempo determinado e na precarização das condições e relações de trabalho, apresentando reflexos e impactos na economia brasileira a partir da década de 1990, com a adoção do modelo neoliberal de flexibilização do mercado de trabalho nacional.

A inserção do Brasil no processo de reestruturação do capitalismo se deu de forma passiva e subordinada, representando uma ruptura com o padrão de crescimento econômico configurado a partir da década de 1920 em bases industriais e com o processo histórico de formalização das relações de trabalho iniciado na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas.

As transformações do modelo de desenvolvimento brasileiro ocorreram num contexto político-conjuntural de vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990, com o desencadeamento de um conjunto de medidas econômicas liberalizantes para dar conta da crise dos anos de 1980, permeadas pela adoção de um programa de liberação

comercial, desregulação financeira e encolhimento do setor público (privatização, fechamento de empresas e demissão de funcionários públicos).

As políticas neoliberais implementadas no Governo Collor, por um lado, determinaram um cenário econômico nacional caracterizado pela recessão econômica, pelo crescente desemprego na indústria e pelo predomínio da racionalização predatória de custos nas empresas, notadamente através da redução de custos com a mão-de-obra empregada. Por outro lado, nesse período criaram-se as condições macroeconômicas para o sucesso do plano de estabilização monetária do Governo Fernando Henrique Cardoso e para a consolidação do processo de reestruturação do capitalismo no Brasil (MATTOSO, 1995).

Assim, com a implantação do Plano Real em 1994 as transformações neoliberais foram aprofundadas através da intensificação da abertura comercial e financeira e da reforma do Estado, representada pelas privatizações, concessões públicas ao capital privado e pelas reformas institucionais, tais como a Reforma da Previdência Social e a Reforma Administrativa (MATTOSO, 2000).

Com a formação de um governo de base “popular”, comandado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, constituiu-se um conjunto de propostas de investimentos na área social, articuladas a manutenção do controle inflacionário e do plano de estabilização monetária do governo anterior, caracterizando o novo governo como contraditório e ambíguo, apresentando um polo de poder mais ligado a elaboração e aplicação de políticas de cunho social e um polo de poder articulado ao sistema financeiro internacional, promovendo a manutenção da política macroeconômica ditada pelo mercado e pelos institutos financeiros internacionais sediados em Washington e inaugurada pela implementação do Plano Real em 1994 (SOARES, 2004).

No bojo da manutenção dessas políticas macroeconômicas ditadas pelo mercado, permaneceram os problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro, representados pela manutenção de taxas de desemprego elevadas, pela informalidade do trabalho para amplas camadas de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, pela instabilidade/alta rotatividade da mão-de-obra e pela precarização das condições e relações de trabalho.

Nesse ínterim, ressurge e se fortalece a economia solidária como possibilidade de enfrentamento dos problemas relacionados ao mundo do trabalho, cabendo questionar o papel dos empreendimentos econômicos solidários diante da manutenção da desestruturação do mercado de trabalho nacional, suas possibilidades, limitações e contradições nos municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Desenvolvimento econômico e economia solidária

No bojo do movimento de desestruturação do mercado de trabalho formal observa-se a criação de experiências de práticas solidárias associadas à Cáritas Brasileira, ligada a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e da cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nesse contexto, a compreensão do que vem a ser um empreendimento solidário parte da premissa de que

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a

solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

Segundo os estudiosos desses empreendimentos, a economia solidária aponta para uma nova lógica econômica e produtiva, baseada no desenvolvimento local e sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, implicando na contraposição e reversão da lógica capitalista permeada pela exploração do trabalho e dos recursos naturais, visando apenas o lucro e a acumulação de capital numa sociedade excludente e tornada mais competitiva ainda diante das transformações estruturais do capitalismo das últimas décadas. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Nos projetos de economia solidária, segundo Singer (2002), os associados se unem para produzir solidariamente, com divisão igualitária dos rendimentos, sendo que o objetivo dos mesmos se baseia na promoção “da economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2002, p. 16).

Nessa perspectiva, a economia solidária defende uma forma alternativa de desenvolvimento, contrário aos princípios capitalistas de progresso econômico assentado na concentração de renda, na desigualdade social, na degradação ambiental e na intensa exploração do trabalho e dos recursos naturais.

Na economia solidária, também segundo Singer (2002), pelo contrário, o desenvolvimento econômico deve acontecer em articulação e em conformidade com os valores da democracia, da solidariedade, da preservação ambiental e dos direitos humanos, engendrando um novo jeito de produzir a partir do local e dos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental, expressos na produção sustentável, no comércio justo e no consumo solidário.

Portanto, o desenvolvimento nos empreendimentos solidários está associado à produção local de produtos e bens coletivos (desenvolvimento local) e às formas ambientalmente saudáveis de produção e consumo (desenvolvimento sustentável), como princípios de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo como gênese o socialismo utópico do século XIX, com destaque para as ideias de emancipação social, formuladas por Robert Owen (cooperativismo revolucionário) e por Charles Fourier (associativismo dos trabalhadores), além dos preceitos socialistas de Saint Simon.

Tais experiências solidárias se expandiram e se fortaleceram a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo federal, com o intuito de fomentar e divulgar as iniciativas associativas comunitárias, baseadas nas cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo, clubes de troca, entre outras formas solidárias de associação (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Economia solidária na escala regional

A partir da articulação e da viabilização das iniciativas solidárias pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ao longo dos últimos anos, na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, são desenvolvidos vinte e seis projetos de economia solidária, divididos e classificados entre os municípios da região da seguinte maneira (Quadro 1 e Mapa 1).

Quadro 1 - 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: empreendimentos de economia solidária por município e por ano de criação

Municípios	Empreendimentos Solidários	Ano de criação
Pirapozinho	2	entre 2001 e 2007
Euclides da Cunha Paulista	4	entre 2001 e 2007
Mirante do Paranapanema	5	1991 (1) e entre 2001 e 2007 (4)
Presidente Bernardes	1	1991
Presidente Prudente	3	entre 2001 e 2007
Presidente Venceslau	4	entre 2001 e 2007
Rosana	5	1990 (1) e entre 2001 e 2007 (4)
Santo Anastácio	1	entre 2001 e 2007
Teodoro Sampaio	1	1991
Total	26	-

Fonte: Brasil/Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - 2007.

Elaboração e organização do autor.

Desses empreendimentos econômicos solidários, quinze são desenvolvidos no espaço agrário regional, através dos assentamentos rurais que somam 88 projetos de assentamentos de reforma agrária, com aproximadamente 4.414 famílias assentadas.

Vale ressaltar o histórico do surgimento desses assentamentos, advindos da luta contra o latifúndio e pela distribuição da terra, resultado do processo de ocupação e concentração fundiária na região, caracterizados pelos grilos e pelas falsificações de títulos de propriedade e da forma violenta e predatória de expropriação de imensas áreas no Pontal do Paranapanema (LEITE, 1998).

Segundo Monbeig (1984), a expansão da frente pioneira paulista foi determinante no processo de ocupação das terras da última fronteira de desenvolvimento paulista, através, sobretudo, da destruição do território indígena e da expropriação, extermínio ou desterritorialização dos índios Kaygang e Caiuá, representando os primeiros conflitos pela posse da terra no Pontal do Paranapanema, como forma de assegurar a posse do novo território ao colonizador.

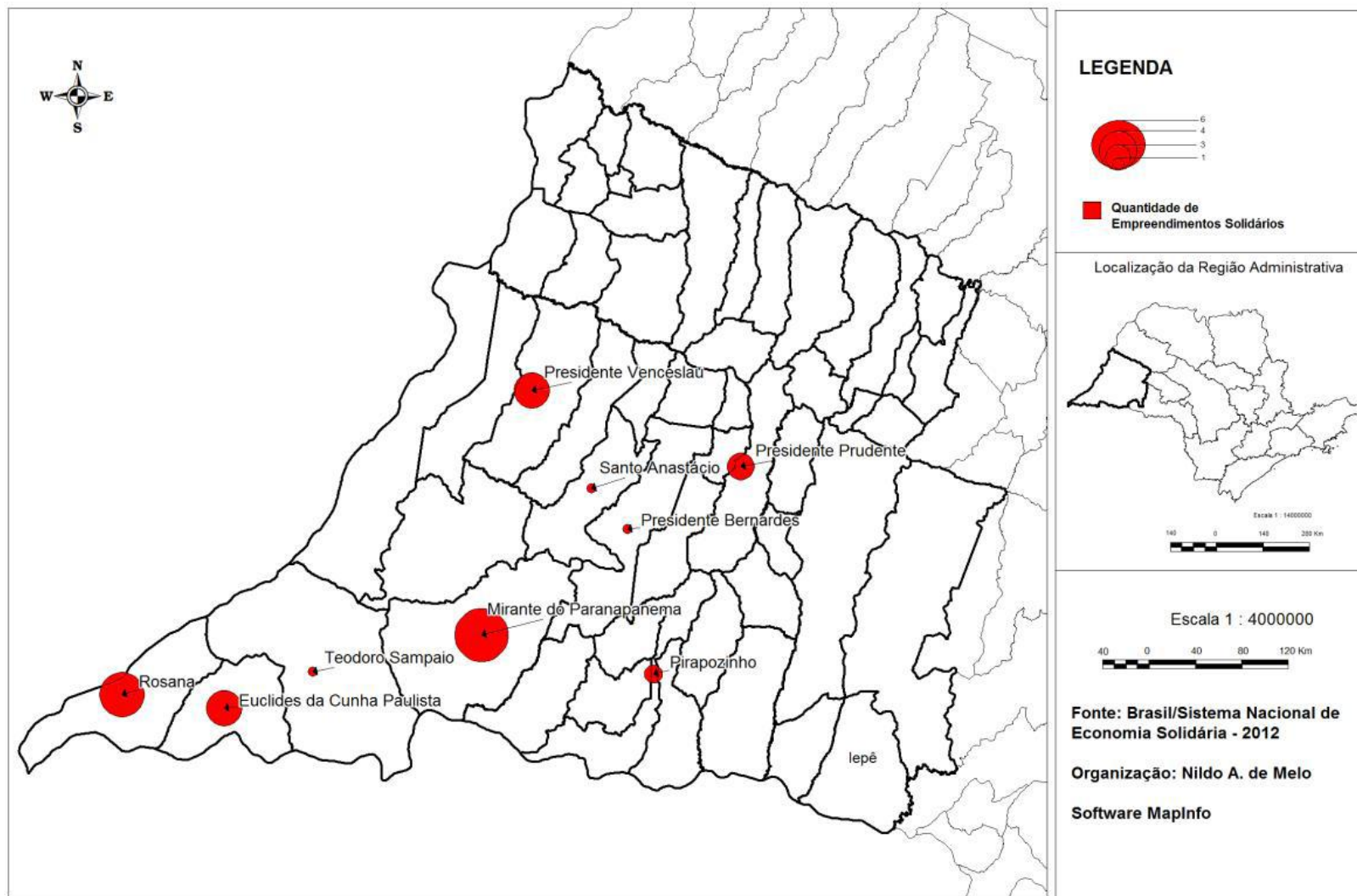
A Lei de Terras de 1850, que permitiu a regularização de terras em unidades paroquiais até 1856, pelos detentores de posses ou sesmarias, passando a ser consideradas legais e reconhecidas pelo Estado, foi outro fator determinante da ocupação do Pontal do Paranapanema no final do século XIX. As terras não reconhecidas legalmente retornariam ao domínio do Estado, sendo consideradas devolutas e destinadas à colonização, através do estabelecimento de pequenos agricultores familiares.

No entanto, esse processo se deu através da grilagem e falsificação de títulos de propriedade, originado com o grilo realizado por Antonio José de Gouveia, em maio de 1856, com o registro da Gleba denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio e da falsificação do título de propriedade da Fazenda Boa Esperança do Água Pehy, realizada por José Teodoro de Souza (LEITE, 1998).

A partir daí a história de ocupação conflituosa do Pontal do Paranapanema, se entrecruzou com a própria história da criação de núcleos urbanos na região, através do desmatamento, retalhamento e vendas das terras pelos detentores das mesmas.

Mapa 1 – Mapa dos empreendimentos solidários por regiões administrativas do estado de São Paulo

Mapa dos empreendimentos solidários por regiões administrativas do estado de São Paulo



As vendas ocorreram mesmo com todo o processo de regularização não sendo legitimado pelo Estado e as terras sendo consideradas devolutas principalmente no caso da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, especialmente após a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana, que promoveu a territorialização da grilagem (FERNANDES, 2000) e engendrou a fundação de municípios e distritos, entre os quais Presidente Prudente (1917), Presidente Bernardes (1919), Santo Anastácio (1920), Presidente Venceslau (1921) e Presidente Epitácio (1929) (LEITE, 1998).

Esse histórico de conflitos pela posse da terra culminou com a organização e consolidação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na região em meados da década de 1980 e o estabelecimento da luta contra o latifúndio e pela distribuição das terras consideradas devolutas aos trabalhadores camponeses organizados em inúmeros movimentos sociais.

Todo o processo desencadeou desapropriações e assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema, além do prosseguimento da luta contra o latifúndio e pela posse da terra, através da organização social dos trabalhadores rurais em acampamentos e ocupações de fazendas consideradas devolutas (FERNANDES, 2000).

Nesse contexto, nos assentamentos de Reforma Agrária dos municípios de Presidente Bernardes (apenas um projeto de economia solidária), Presidente Venceslau (um empreendimento funcionando e outras duas iniciativas desativadas temporariamente), Mirante do Paranapanema (quatro iniciativas solidárias e uma desativada), Euclides da Cunha Paulista (quatro projetos de economia solidária) e Rosana (cinco empreendimentos solidários), constata-se a existência de vários empreendimentos econômicos solidários, formados com o objetivo de fornecer para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, que encaminha os produtos hortifrutigranjeiros para entidades assistenciais locais ou comunitárias, por meio da modalidade de doação direta do Programa em questão, abrangendo uma faixa de até R\$ 5.500,00 anuais por empreendedor solidário.

As características técnicas, organizacionais e funcionais desses empreendimentos são permeadas pela baixa participação dos cooperados ou associados nas decisões coletivas, a união apenas como forma de uso coletivo de alguns equipamentos de produção (tratores, roçadeiras, calcareadeiras, entre outros), a obsolescência do meio técnico empregado para a produção (quase toda a produção é manual e realizada por membros da família) e as dificuldades de fornecimento para grandes redes varejistas ou de ampliação da escala de fornecimento para além do espaço local ou comunitário.

Também constata-se a necessidade de complemento de renda em usinas de açúcar e álcool da região (o emprego formal e a subordinação direta ao capital são observados em praticamente todas as associações), a inexistência de sede própria para as reuniões e deliberações dos empreendedores solidários e a renda baixa obtida com a venda dos produtos (o que explica também a necessidade de complemento de renda nas usinas de açúcar e álcool da região), entre outras dificuldades encontradas pelos associados para a continuidade de suas atividades, sendo observada mesma a desativação temporária de algumas associações ou a reestruturação do estatuto para o fornecimento de alimentos para o PAA.

No caso da economia solidária em Presidente Venceslau¹, apenas uma associação de trabalhadores da agricultura familiar funciona de forma plena, fornecendo alimentos para o PAA e contando com a participação de 45 famílias assentadas da Reforma Agrária, que auferem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 600,00, através da entrega de hortifrutigranjeiros para entidades assistenciais locais e comunitárias e da venda de leite *in natura* para laticínios da região.

¹ Serão analisados apenas alguns exemplos de projetos desenvolvidos na região, devido ao espaço reduzido para a exposição do trabalho, sem deixar, contudo, de expor as características gerais de funcionamento das iniciativas solidárias na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Outras três iniciativas foram extintas há pelo menos quatro anos, devido à falta de financiamentos públicos, linhas de crédito para o empreendedor solidário e assistência técnica deficiente ou ausente.

Nesse caso, a padaria comunitária de um assentamento de reforma agrária e um grupo de doces de mulheres assentadas de outro assentamento do município deixaram de funcionar por dificuldades na comercialização dos produtos na escala local, devido, sobretudo a falta de legalização do grupo de trabalho, a não obtenção do selo de inspeção sanitária municipal (exigência para fornecer para os supermercados e estabelecimentos comerciais maiores) e á problemas organizacionais e operacionais das associações comunitárias, não obstante as mesmas terem sido fundadas e atuarem como alternativas ao desemprego, no intuito de obter maiores ganhos financeiros e na complementação da renda dos associados.

As dificuldades de produção em larga escala e a comercialização apenas local dos produtos, impossibilitou a continuidade das atividades solidárias e levou à desativação do empreendimento temporariamente, já que existe a possibilidade de reorganização dos associados para o fornecimento de alimentos diversos para o PAA ou para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Da mesma forma, uma associação comunitária do município de Mirante do Paranapanema foi desativada temporariamente depois de funcionar no período de 2002 até meados do ano de 2007, sendo composta por produtores familiares assentados da reforma agrária e atuando na liberação de área comunitária para o assentamento, na construção de um poço comunitário e no projeto do biodiesel para os assentados da Reforma Agrária da região.

Os associados se reuniam mensalmente e todos tinham voz e voto nas decisões e deliberações associativas. Participavam aproximadamente 30 famílias do assentamento, dentre as quais apenas 30% decidiam coletivamente nas reuniões da associação.

Contavam com sede própria para as reuniões e nenhum apoio técnico, logístico ou financeiro para alcançar os objetivos propostos. A suspensão das atividades da associação foi motivada pela ausência de um objetivo comum a todos e pela criação recente de novas associações direcionadas para a produção de alimentos para o PAA e para o PNAE.

Essas afirmações confirmam as dificuldades de manutenção das práticas solidárias entre os trabalhadores delineadas por Lechat (2003), no que tange aos problemas de estabelecer laços sociais, de superação das individualidades e do gerenciamento de conflitos nos empreendimentos, características tipicamente capitalistas de relações sociais marcadas pela hierarquização de poder e da exploração do trabalho como fonte de rendas capitalizáveis acumuladas individualmente (BRUNHOFF, 1995).

Assim sendo, a economia solidária é pouco significativa nos municípios que fazem parte da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, estando presente em apenas nove dos cinquenta e três municípios da área analisada, além da configuração de iniciativas associativas e cooperativas dos trabalhadores mais como forma de sobrevivência familiar e comunitária do que com vistas à constituição de outro modo alternativo de produção e de consumo ou da conformação de outra forma de desenvolvimento econômico e social.

Considerações finais

Os empreendimentos econômicos solidários desenvolvidos na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, como possíveis instrumentos de desenvolvimento econômico e de enfrentamento do desemprego e da desestruturação do mercado de trabalho regional, apontam para a baixa abrangência da economia solidária na região, bem como a baixa geração de trabalho e a renda mínima auferida pelos membros desses empreendimentos, caracterizando essas iniciativas como complementares ao emprego com carteira assinada ou como formas temporárias de inserção

profissional e de sobrevivência familiar diante das dificuldades impostas no mercado de trabalho local e regional nas duas últimas décadas do século XX e neste início de século XXI.

Ademais nem todos os empreendimentos desenvolvem todas as características da solidariedade e da cooperação, com a união entre os membros ficando relegada apenas a alguns aspectos práticos da economia solidária, voltados a obtenção de juros subsidiados, mercados cativos para os produtos, uso de equipamentos de produção, compras coletivas com descontos especiais e assistência social para a continuidade das atividades solidárias.

Se por um lado a economia solidária na 10ª Região Administrativa apresenta uma abrangência reduzida e um impacto pouco significativo na geração de trabalho e renda, por outro lado, a abrangência apenas local dos produtos e serviços solidários e a dependência do Estado e de entidades da sociedade civil para o funcionamento dos empreendimentos, reduzem essas iniciativas a formas complementares ao próprio capitalismo de mercado, não podendo se consubstanciar como outro modo de produção alternativo aos ditames do capital e a exploração da força de trabalho.

Pelo contrário, observa-se mesmo a subordinação direta ao capital, através do assalariamento formal verificado em várias associações de trabalhadores assentados da Reforma Agrária, como forma de complementar a renda, já que a renda auferida no empreendimento solidário não é suficiente para a sobrevivência individual e familiar.

Vale frisar também que o emprego com carteira assinada tem crescido nos últimos anos na região, devido, sobretudo à expansão do crédito e do mercado interno, através de políticas de incentivo a propensão ao consumo como multiplicadoras do investimento, do crédito e do rendimento, consideradas políticas pós-keynesianas de aceleração da demanda efetiva e do crescimento econômico.

Nesse contexto, se a recuperação do assalariamento formal ocorre pela adoção de outras medidas de estímulo ao processo de crescimento econômico, a economia solidária funciona como um instrumento de contenção das contradições sociais ao impulsionar a união dos trabalhadores em empreendimentos em que eles próprios são ao mesmo tempo “empregados” e “donos”, resultando numa estagnação da luta de classes, ao mesmo tempo em que serve aos interesses de manutenção do *status quo* articulados ao movimento de reestruturação capitalista, tendo como base a exploração intensiva da força de trabalho na sociedade capitalista globalizada atual.

Dessa forma, os empreendimentos solidários desenvolvidos na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, por um lado, cumprem a função de conter as contradições sociais geradas pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas das últimas décadas e as relações de produção subjacentes que não atendem mais aos requisitos de inserção massiva da força de trabalho, como demandavam as velhas formas de produção fordistas/tayloristas em articulação com os preceitos keynesianos de incentivo a demanda efetiva e ao emprego formal nos “anos dourados” do capitalismo.

Por outro lado, a união paradoxal dos trabalhadores metamorfoseados em patrões e empregados ao mesmo tempo, obstaculiza a luta de classes e a união dos mesmos em sindicatos e partidos políticos, pois os tornam seres sociais híbridos, sem rosto e sem bandeira reivindicatória, sendo que o que os une é a luta diária pela sobrevivência, cooptada pelo mercado através de um Estado que reivindica a redistribuição de renda através de políticas públicas, mas que na verdade cumpre bem o papel de reequilibrar as forças e conter as massas para possibilitar a exploração da força de trabalho sob novo paradigma e a continuidade do processo de acumulação ampliada de capital em tempos recentes.

Em suma, a economia solidária regional representa apenas iniciativas pontuais e localizadas de geração de trabalho e renda, que não tem o poder de se generalizar para toda a economia e nem representar significativamente uma nova forma de organização econômica, com base na solidariedade e na cooperação entre os trabalhadores, não representando, por conseguinte, um importante fator de desenvolvimento econômico na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo neste início de século XXI.

Referências

- ANDERSON, Perry. **Balço do Neoliberalismo**, In: Pós neoliberalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pág. 09-23.
- ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BOUDEVILLE, Jacques R. **Les programmes économiques**. 10ª Edição. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.
- BOUDEVILLE, Jacques R. **Aménagement du territoire et polarization**. Paris: Éditions M. TII. Génin, 1972, 280 p.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, Luciano. A Terceira revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/IE, n. 1, p. 69-87, agosto 1992.
- DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de John Maynard Keynes. Teoria de uma economia monetária**. 6. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- LECHAT, N. M. P. Economia Moral. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: IPEA/UNESP, 256 p., 1981, Tese (Livre Docência).
- LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador: ano XII, n. 21, pgs. 4-19, julho 2010.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, Jorge Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.

MELO, Nildo Aparecido de. **Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente: subsídios para a compreensão da dinâmica regional através do trabalho e do emprego formal**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2008, 221 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PERROUX, François. **L'économie du XXème siècle**. 2. ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1967.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Paulo de Tarso P. L. **O pólo dominante de um governo contraditório**. [S.l.: s.n), 2004, Mimeografado.

Endereços Eletrônicos

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS e CAGED**. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>> acesso no período de junho de 2011 a fevereiro de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Discussões sobre economia solidária**. Disponível em <<http://www.fb.es.org.br>> acesso em julho de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**, Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em novembro de 2012.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Informações sobre projetos de economia solidária**. Disponível em <<http://www.sies.mte.gov.br>> acesso em julho de 2012.

Artigo recebido em 29-05-2015
Artigo aceito para publicação em 16-02-2016